



Controle Organizacional: a “Válvula de Escape” para a Crise Socioambiental da Samarco?¹

Flávia Carolini Pereira dos Santos²
Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão³

Resumo

Este estudo pautou sua atenção na crise gerada após o rompimento da barragem de Fundão, no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG). É possível notar a forma como a empresa exerce o controle sob os seus funcionários mesmo com todo o impacto causado que poderia ser evitado, o descaso com as condições trabalhistas e a “maquiagem” das notícias na mídia. Portanto, este trabalho fará uso do texto de Faria (2003) sobre a Economia Política do Poder. Buscou-se analisar a forma como o controle social foi imposto aos funcionários em meio à crise e ao escândalo que a mineradora sofreu nos últimos meses. Também buscou-se alertar sobre as consequências severas da exploração e quais os seus efeitos em grande escala quando recai em cima dos trabalhadores que são acudados por dependência as grandes corporações. Será benéfico o uso de controle social como “válvula de escape” para a gestão dessa crise? Até quando será possível mediar os interesses econômicos quando se envolvem empresa, meio ambiente, comunidade e governo?

Palavras – Chave: Controle Social, Poder, Mineradoras, Crise Socioambiental.

Introdução

Este estudo tem como objetivo discutir a crise socioambiental e o seu impacto na relação Estado-Empresa-Sociedade. Pauta-se a atenção em um dos crimes corporativos que mais movimentou a mídia no final de 2015 e durante o primeiro semestre de 2016: o rompimento da barragem de Fundão, no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG). Fala - se em crime corporativo pois o acidente poderia ter sido evitado. De acordo com Oliveira (2015, p.203) “a expressão crime corporativo tem sido largamente utilizada, nas últimas décadas, como referência a práticas e condutas que violam as leis criminais envolvendo corporações”.

O rompimento da barragem trouxe consequências drásticas para o meio ambiente, para os moradores das áreas afetadas, para as cidades de Minas e do Espírito Santo e também para os próprios funcionários da empresa. Tais colaboradores sofrem com a incerteza da continuidade de seus empregos e com o controle subjetivo que a mineradora impõe a eles. Para análise desse controle, este trabalho fará uso do estudo Economia Política do

¹ Agradecimentos: Os autores agradecem os Pesquisadores do Observatório em Crítica, Formação e Ensino em Administração (Observatório C.A.F.E.).

² Graduando em Administração, Universidade Federal de Ouro Preto. flaviapereirasantos2011@hotmail.com.

³ Universidade Federal de Ouro Preto. Professora Adjunta UFOP Titulação: Doutorado. carola.maranhao@gmail.com.

Poder de Faria (2004) ao “mostrar as formas como as organizações definem e implementam seus mecanismos de controle psicossocial a partir da interação de instâncias ocultas e manifestas que se operam no seu interior”. (FARIA, 2003, p.13)

É necessário entender também como organizações de grande porte lidam com a crise quando poderiam ter evitado um problema dessa proporção como foi o rompimento da barragem. Não importam quantos anos venham a transcorrer, a destruição da vida de diversas pessoas ainda será lembrada. O que se observa com esse ocorrido são as consequências máximas da apropriação capitalista da natureza.

A partir disso, qual o maior desafio da Samarco ao ter que lidar com a gestão dessa crise? A empresa está enfrentando problemas que envolvem desde a queda do preço do minério até um acidente de grande proporção como foi o rompimento da barragem. É possível perceber a ação de controle que a empresa tentou abrandar o caso? Será possível a convivência e mediação dos interesses quando se envolvem empresa, meio ambiente, comunidade e governo?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Controle Organizacional e a “Tragédia de Mariana”

A Samarco, empresa em estudo juntamente com a Vale são as principais empregadoras do município de Mariana em Minas Gerais devido ao destaque da atividade mineral. A empresa tem como acionistas as duas maiores mineradoras mundiais, Vale e BHP Billiton e tem como principal produto as pelotas de minério de ferro.

“O trabalho na sociedade capitalista, ao assumir a produção de mercadorias como fim, passa a produzir desumanização e efeitos deletérios sobre a natureza”. (BARROSO; ANGELIM, 2016, p.2). O Brasil é um país com grande diversidade de recursos minerais o que o coloca como fonte para extração de seus recursos por empresas com grande poder. Conforme Barroso; Angelim (2016, p.3) enfatizam que:

O Brasil, considerado de economia dependente em relação aos países capitalistas centrais, 5º maior país do planeta e detentor do maior conjunto de ecossistemas e biodiversidade do mundo, com o maior conjunto de bacias hidrográficas (reservatório de 13,8% do total de águas doces do globo) se torna região estratégica de exploração capitalista sobre o trabalho e os recursos naturais. Neste contexto, a construção de barragens, geralmente associada a infraestrutura essencial para a viabilidade de empreendimentos extremamente lucrativos ao capital, também cumpre função estratégica no processo de acumulação capitalista, comumente travestida pelo ideário de crescimento econômico e desenvolvimento nacional apresentado pelo Estado.

A empresa adota uma política de terceirização que aponta para um descaso com os profissionais. Segundo o relatório Final do POEMAS (2015, p.34):

Os trabalhadores terceirizados que prestam serviços às empresas não possuem vínculo empregatício com as grandes mineradoras, mas com suas contratadas ou subcontratadas e são submetidos a contratos de trabalho, em sua maioria, precários, sendo-lhes impostas condições laborais ainda mais inseguras, instabilidade empregatícia e salários inferiores aos auferidos por aqueles cujo vínculo de emprego é estabelecido diretamente com a empresa principal.

Por conta das condições de trabalho citadas acima, a empresa teve nos últimos anos diversos processos trabalhistas, esse número foi reduzido devido a alguns funcionários não terem ingressado a ações trabalhistas. De acordo com o Relatório do POEMAS (2015, p.34) ao citar as ações trabalhistas do Tribunal Regional do trabalho apontam que:

O histórico de processos em que a Samarco figura como parte atinge a cifra de 554 no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) e 1.021 no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (Espírito Santo), números elevados, considerando a quantidade de funcionários diretamente ocupados pela empresa (TRT, 2015a, 2015b). Deve ser lembrado, ainda, que muitos dos trabalhadores em situação de conflito trabalhista não ingressam com ações judiciais e nem todas as ações chegam ao Tribunal; deste modo, os números tendem a ser ainda maiores.

A partir da análise dos processos trabalhistas que tramitam no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região observou-se que os principais descumprimentos são:

a terceirização ilícita; o não pagamento das horas *in itinere* para os trabalhadores diretos e terceirizados; a não fiscalização das condições de trabalho e do cumprimento das normas trabalhistas pelas prestadoras de serviço; o recorrente atraso no depósito do cartão alimentação em prejuízo dos trabalhadores terceirizados; além do descumprimento da lei de aviso prévio, retirando o direito do cartão alimentação e convênio médico no período de projeção do aviso prévio do trabalhador. (POEMAS, 2015, p. 35)

Esses agravantes, somados à queda do preço do minério, ao endividamento da empresa e às suas políticas de redução de custos, contribuem para condições de trabalho insatisfatórias. Esse posicionamento da mineradora aponta uma marca frequente de empresas desse setor, que possuem trabalhadores atrelados por dependência a situações precárias.

Após o rompimento da barragem, a situação dos funcionários e dos terceirizados ficou ainda pior. Primeiro, a empresa os colocou em licença remunerada. Segundo o Jornal Estado de Minas, na reportagem postada no dia 09 de novembro de 2015, a empresa concedeu a licença remunerada aos colaboradores em grande maioria da unidade de Germano que teve suas atividades embargadas pelo Governo de Minas Gerais. Depois, a empresa propôs férias coletivas em dezembro para evitar demitir 5000 funcionários de uma vez só, conforme notícias divulgadas pelo Jornal Folha Vitória e atualmente, propôs demissões voluntárias. De acordo com o Jornal Estado de Minas, a empresa planeja retomar os seus trabalhos com 60% dos empregados reduzindo o quadro através de um Programa de Demissões Voluntárias.

Após o “suposto” acidente, não se vê um posicionamento espontâneo dos funcionários somente daqueles que são obrigados a vir a público para explicar a atividade da empresa, mesmo assim observa-se um discurso ensaiado e padronizado do que pode ou não ser dito. Nesse sentido, Faria (2002. s.p) argumenta que:

as organizações definem seus mecanismos de poder e de controle social, incorporando o que não pode ser dito e o que se reproduz em seus porões, ao que é possível falar, ao que pode ser manifesto às claras, de maneira a criar um mundo ao mesmo tempo de racionalidades (de regras, objetivos, estratégias, etc.) e de

subjetividades (símbolos, ritos, imaginários e mitos), com seus paradoxos e contradições.

De acordo com a Revista Veja, na reportagem postada no dia 14 de março de 2016, há indícios que a quebra de sigilo dos diretores da mineradora aponte que a empresa definiu com os seus colaboradores o que mostrar à Polícia Federal:

Conforme a PF informa no inquérito, os grampos apontam “fortes indícios” de que a Samarco “tem escondido dados e informações importantes” e afirma que fica claro que funcionários “recebem ordens dos superiores para agirem ou declararem dessa ou daquela forma”. O relatório mostra ainda que o mesmo acerto era feito com a assessora de imprensa da Samarco. Os assessores recebiam instruções de como passar, omitir ou informar incorretamente dados aos jornalistas.

Faria (2002, s.p.) enfatiza que “as organizações definem e implementam seus mecanismos de controle social”. É possível notar a forma como a empresa exerce o controle sob os seus funcionários mesmo com todo o impacto causado que poderia ser evitado, o descaso com as condições trabalhistas e a “maquiagem” das notícias na mídia. Mesmo com todas essas provas negativas, os colaboradores continuam fazendo protestos para que a mineradora não venha a encerrar suas atividades esquecendo totalmente dos danos causados. Na reportagem postada no site do Jornal Estado de Minas relata que alunos e professores de Mariana receberam mensagens de textos “convocando-os” a participarem de passeata a favor da mineradora. O jornal trouxe esclarecimentos dos movimentos quanto a essa atitude:

O coletivo #UmMinutodeSirene divulgou uma moção de repúdio: “Não se trata de um mero convite, de caráter opcional, mas de uma convocação, à qual não se pode dizer não. A situação se agrava mais ainda porque todos os diretores das escolas são nomeados via cargos de confiança, luta que a educação em Mariana ainda não conseguiu vencer. É direito do cidadão o livre arbítrio para decidir como se posicionar”.

Faria (2003, s.p.) propõe ao discutir poder nas organizações que o objetivo da Economia Política do Poder é “mostrar as formas como as organizações definem e implementem seus mecanismos de controle psicossocial a partir da interação de instâncias ocultas e manifestas que se operam em seu interior”.

A Vale, acionista da empresa discutida neste trabalho, nega adulteração de dados sobre a quantidade de lama depositada em barragem. Isto aponta que organizações envolvidas com grandes escândalos, “quando confrontadas com uma crise, tendem a geri-la mal e a negar os fatos mais susceptíveis de evidenciar a sua vulnerabilidade” (GAMA, 2013, p.536). Porém, é fácil achar na internet notícias sobre a empresa e quase todos os dias é noticiado nos veículos de comunicação alguma questão que a mineradora tenta manter em segredo. Há sempre a tentação para negar o que de fato aconteceu e, se possível, abafar os aspectos mais negativos. As especulações que se fazem em torno da organização são fruto do silêncio e não há nada que agrade mais aos órgãos de comunicação social do que descobrir que a organização está a camuflar o que na realidade aconteceu. (GAMA, 2013, p. 537)

Em um momento de crise, antes de prestar informações aos órgãos de comunicação social, a empresa deve informar aos seus *stakeholders* e antes deles aos seus

funcionários que pareciam alienados sem saber o que falar corretamente. Segundo Gama (2013, p.539):

Estes deverão ser os primeiros a tomar conhecimento da situação e das possíveis implicações que ela poderá trazer. Mas a prática de informar todos os empregados sobre tudo o que ocorre na organização não deve ser apenas em períodos de crise. Pelo contrário, deveria ser uma prática sistemática.

3. METODOLOGIA

Este estudo busca entender quais os significados das ações da Samarco ao tentar diminuir o impacto da crise socioambiental após o acidente com o rompimento da barragem de Fundão em Minas Gerais. Por que o controle social acaba sendo a forma mais acessível de contornar um problema dentro das organizações? Almejando as respostas dessas indagações se apresenta nesta seção a metodologia que irá orientar esta pesquisa.

O tipo de pesquisa será a documental. “A palavra “documentos”, neste caso, deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas (...))” (GODOY, 1995, p.21). Portanto, foram coletados dados do Relatório Final do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS) de 2015 sobre o acidente da barragem da Samarco, reportagens publicadas em jornais, revista e sites. Também serão abordados artigos científicos sobre crime corporativo, construção de barragens, gestão de crises, poder e controle social.

A análise dos dados a ser explorada neste estudo é a Análise de Conteúdo que “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (...)” (BARDIN, 1977, p.31). Então, será possível analisar os documentos pesquisados através da interpretação de conteúdo exposto buscando identificar as práticas de controle social emaranhadas nas ações da Samarco.

Considerações finais

É necessário entender que existe um lado sombrio nas grandes organizações que se relacionam com o poder e controle social que elas detêm com o meio ambiente externo e interno. Empresas como a grande mineradora possuem poder de dominação que potencializam as formas de exploração do trabalho, do meio ambiente e do próprio governo. Assim, o crime cometido está situado no lado mais escuro dessas grandes empresas que necessitam de uma visão mais abrangente frente a essas estruturas de dominação para que se possa questionar as práticas institucionais a partir de uma outra forma de reflexão mais preocupada com o meio ambiente, as pessoas e o futuro.

Este estudo analisou a forma como o controle social foi imposto aos funcionários em meio à crise e ao escândalo que a mineradora Samarco sofreu nos últimos meses. Também buscou-se alertar sobre as consequências severas da exploração e quais os seus efeitos em grande escala quando recai em cima dos trabalhadores que são acudados por dependência as grandes corporações. Por fim, segundo Oliveira (2015, p.208) “cidadãos, comunidades, a fauna e a flora, bem como os recursos naturais, correm sérios riscos quando o lucro, o poder e a influência das corporações são colocados acima da vida em busca de interesses corporativos”.

Este resumo buscou trazer a reflexão como as ações internas extrapolam as fronteiras das empresas em tempos de crise e afetam não só seu público interno, mas a comunidade em geral. A Samarco utilizou de uma forma de controle social como uma “válvula de escape” para a crise que se instaurou depois do rompimento da barragem. A forma como a empresa terá que lidar com esse problema causado por ela mesma trouxe a discussão de como gerir crises dessa proporção em outras organizações também. As empresas devem estar preparadas para assumir os seus erros e diminuir a probabilidade desses acontecimentos acontecerem.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis Antero Neto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições, v. 70, 1977.

BARROS, M.; ANGELIM, Y. A construção de barragens no Brasil como estratégia de reprodução do capital. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2016 .

FARIA, J. H. Economia política do poder: uma proposta teórico-metodológica para o estudo e a análise das organizações. *Encontro de Estudos Organizacionais*, v. 2, 2002.

FARIA, J; H;. Economia política do poder: os fundamentos da teoria crítica nos estudos organizacionais. *Negócios*, v. 1, n. 1, 2003.

GAMA, M. G. Quando o Inferno desce à Terra: a gestão de crises e a sua problemática. *Comunicação e Sociedade*, v. 2, p. 535-542, 2013.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

JORNAL ESTADOS DE MINAS. Samarco dará licença remunerada a funcionários em MG e ES. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/09/interna_gerais,706007/samarco-dara-licenca-remunerada-a-funcionarios-em-mg-e-es.shtml> Acesso em: 17 de jul. de 2016.

JORNAL ESTADOS DE MINAS. Samarco dará licença remunerada a funcionários em MG e ES. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/09/interna_gerais,706007/samarco-dara-licenca-remunerada-a-funcionarios-em-mg-e-es.shtml> Acesso em: 17 de jul. de 2016.

OLIVEIRA, C. R. Crimes Corporativos e Estudos Organizacionais: uma aproximação possível e neccessária/Corporate crimes and organizational studies: a possible and necessary approach/Crímenes corporativos y estudios organizacionales: una aproximación posible y necesaria. *Revista de Administração de Empresas*, v. 55, n. 2, p. 202, 2015.

POEMAS. **Antes fosse mais leve a carga**: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). 2015. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40796295/PoEMAS_2015_Antes_

fosse_mais_leve_a_carga_versao_final.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSM
TNPEA&Expires=1466544613&Signature=9wwKwui4HVRUoP2hMi2sN0vaqks%3D
&responsecontentdisposition=inline%3B%20filename%3DAntes_fosse_mais_leve_a_c
arga_avaliacao.pdf> Acesso em: 21 de jun. de 2016